

## DESIGUALDADE SOCIAL ESTÁVEL

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. 237 páginas.

Joaze Bernardino\*

O livro de Sandra Lauderdale Graham, *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*, está na categoria daquelas obras que, devido a sua qualidade e à importância temática, deveriam ter sido escritas por um brasileiro. Mas como nem tudo são flores, *Proteção e obediência* é uma tradução da tese de doutorado da autora americana defendida no departamento de História da Universidade do Texas em 1988, sob o título *House and street: the domestic world of servants and masters in nineteenth-century Rio de Janeiro*.

*Proteção e obediência*, um trabalho historiográfico que envolveu uma habilidosa consulta a arquivos, parte de uma diáde para entender o Brasil da época: os patrões e as criadas. O universo dos primeiros é composto por membros do parlamento, ministros de gabinete, conselheiros do Estado, juízes do Tribunal Superior e funcionários subalternos que conduziam os negócios do Estado. E, por outro lado, o universo das criadas era composto tanto por mulheres forras e escravas, quanto por mulheres negras e mulatas (categorias da época). Ao escolher as criadas como grupo ocupacional, Sandra L. Graham conscientemente afasta o estereótipo

---

\* Mestre em Sociologia pela UnB. Professor assistente de Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da UFG.

de que somente as escravas eram criadas; ao contrário, seu estudo demonstra que a categoria criada vai além das categorias civis livre/escrava. Todavia, não cabe a afirmação de que a categoria criada vai além da classificação racial, envolvendo mulheres brancas. Ao contrário, o papel social de criada era monopolizado por mulheres negras e mulatas.

É claro que no período histórico estudado por Sandra Grahan já era possível encontrar mulheres brancas, européias pobres recém-chegadas ao Brasil, desempenhando o papel de trabalhadoras domésticas, mas estas não mais desempenhavam o papel de criadas – que remete à noção complementar de proteção e obediência, da qual falaremos a seguir –, mas muitas vezes desempenhavam o papel de governantas, que tinham muitas vezes como missão, como fala Gilberto Freyre (1990a), civilizar ou europeizar as famílias brasileiras. A título de exemplo de como a categoria criada atravessava as categorias civis livre/escrava, a autora de Proteção e obediência apresenta os seguintes dados: no recenseamento de 1872, de 61% a 65% das mulheres trabalhadoras livres eram servidoras domésticas (categoria da Directoria Geral de Estatística), enquanto de 87% a 90% das escravas eram servidoras domésticas na corte. O âmbito do trabalho doméstico incluía mucamas, amas-de-leite, carregadoras de água, lavadeiras, costureiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras.

O cenário que permite o encontro do mundo das criadas e dos patrões é a cidade do Rio de Janeiro – a capital do Império e, logo depois, da República –, que em 1872 possuía aproximadamente 34 mil mulheres escravas e libertas ocupadas como criadas entre os seus 228.743 habitantes, e que em 1906 tinha mais de 77 mil mulheres trabalhando como criadas entre os seus 620 mil moradores. Em números relativos, em 1872 as criadas representam cerca de 15% da população do Rio de Janeiro, enquanto em 1906 representavam algo em torno de 13% da população, constituindo o maior grupo ocupacional da cidade.

Diferentemente de inúmeros trabalhos sobre relações raciais, o trabalho de Sandra Grahan centra-se no período que vai de 1860 a 1910. Estudando esses anos, a autora percebe as continuidades e rupturas entre o antes e o depois da Abolição da Escravidão (1888) e da Proclamação da República (1889). O estudo desse período permite ver que, a partir da década de 1860, o trabalho doméstico vai se tornando cada vez menos

espaço de mulheres escravas, passando a incorporar a cada ano que se passava mulheres livres. Além disso, esse intervalo de tempo coincide com grandes transformações tecnológicas no Rio de Janeiro, que refletiam diretamente sobre o trabalho das criadas; entre estas transformações estão o surgimento dos primeiros bondes, a instalação de água encanada e do sistema de esgoto.

Os cinco capítulos do livro estão articulados a partir de dois pares conceituais: casa/rua e proteção/obediência. A oposição entre casa e rua, uma clara alusão aos trabalhos de Freyre (1990b) e DaMatta (1991), é construída a partir de uma referência a um quadro de Debret da década de 1820, que retrata um funcionário do governo saindo de casa com sua família. A família do funcionário do governo, três filhas e a esposa, é cortejada por seis escravos. Os membros da família estão ricamente vestidos. Entre os escravos, por sua vez, percebe-se através das roupas uma queda progressiva de status. Esse quadro do pintor francês traz à mente algumas distinções importantes entre a casa e a rua: a distinção e gradação entre as criadas de porta adentro e as criadas de rua; casa como um lugar seguro e rua como um ambiente repleto de riscos.

Casa e rua são espaços completamente distintos. Esta última exigia das mulheres brancas que sempre saíssem acompanhadas por criadas, posto que precisavam ser protegidas da vulgaridade e dos perigos da rua. Além disso, o simples fato de estarem acompanhadas de criadas distinguia as mulheres que tinham alguma posição das que não tinham. Por outro lado, casa e rua diferenciavam as criadas que conheciam a rua das que não podiam sair à rua. As primeiras eram mulheres mais experientes tanto do ponto de vista cronológico quanto sexual, que desempenhavam basicamente as atividades de lavagem de roupa, carregamento de água e compras diárias no mercado. Já as 'criadas de portas adentro' eram as favoritas e, conseqüentemente, as mais protegidas. Estas eram responsáveis pelas tarefas de limpeza da casa, cuidados com a prataria ou podiam ser as mucamas e as amas-de-leite. Além disso, as criadas de casa eram recompensadas com afeição e confiança e, freqüentemente, com a liberdade. Muitas vezes, chegavam ao ponto de se identificarem com as famílias às quais pertenciam. Se as criadas de portas adentro eram favoritas diante das criadas de rua, elas eram, por outro lado, submetidas a uma vigilância mais estrita, assim

como experienciavam uma hierarquia mais clara no dia-a-dia, sobretudo porque o espaço da casa não é igualitário, havendo espaços em que as criadas podiam manter-se e outros que estavam proibidos a elas. Por outro lado, as criadas de rua, embora expostas aos perigos da rua, podiam configurar uma individualidade entre iguais e longe da presença vigilante dos patrões, posto que a rua propiciava um mundo social mais autêntico e íntimo entre os que se consideravam iguais.

O outro par conceitual presente ao longo de todo livro é proteção e obediência. Esses conceitos, embora não tenham recebido em nenhuma parte do livro alguma discussão analítica, talvez sejam as categorias histórico-sociológicas que permitam que o estudo das relações entre patrões e criadas no Rio de Janeiro de 1860 a 1910 não fique localizado apenas no tempo e no espaço, mas permita pensar elementos estruturais da formação político-cultural do Brasil. Proteção e obediência referem-se à responsabilidade dos patrões em prover os cuidados básicos de alimentação, abrigo, roupa, remédio, quiçá liberdade, em troca de obediência por parte das criadas. A existência de uma expectativa de comportamento protetor, por um lado, e obediente, por outro, evidencia claramente que a relação senhor/criada era pessoal, próxima e duradoura, porém nunca uma relação entre iguais. Obviamente que a responsabilidade do senhor para com a criada implicava o seu corolário, o controle. A face mais evidente desse controle era o fato de o patrão ter o direito de comprar ou vender um criado, e esse controle poder-se-ia estender até a vida emotiva e sexual da criada. Engana-se quem pensa que as expectativas de proteção e obediência ficavam restritas apenas aos atores sociais diretamente envolvidos nessas relações; ao contrário, a expectativa de obediência era ensinada aos filhos da criada (que muitas vezes estavam fisicamente presentes na casa do patrão), assim como a expectativa de proteção era ensinada aos filhos do senhor. Tais expectativas de comportamento são responsáveis por aquilo que Florestan Fernandes chamou de “padrão heteronômico de relações raciais”, a saber um tipo de relação social caracterizado pela desigualdade e pela dependência (Fernandes, 1965).

Neste sentido é que os conceitos proteção e obediência evidenciam sua operacionalidade para reflexões que vão além da época e cidade estudadas por Sandra L. Graham, isto é, proteção e obediência possibilitam

o estudo da aparente estabilidade da desigualdade social no Brasil. E, além disso, esses conceitos permitem lidar com um ator social, a criada (e suas sucedâneas), privilegiado, posto que atua como mediador entre dois mundos: o mundo dos brancos e ricos e o mundo dos negros e pobres.

Por essas razões e por muitas outras, o livro de Sandra Lauderdale Graham pode ser considerado uma importante e preciosa ferramenta analítica para todos interessados no estudo de desigualdades sociais e raciais no Brasil, tendo em vista que não reduz a compreensão da desigualdade a constatações simplistas de exploração, mas, ao contrário, abre as portas para pensar na complementaridade e na acomodação que têm caracterizado a cultura política brasileira.

#### Referências

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965, v. 1.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Sobrado e mucambo*. Rio de Janeiro: Record, 1990b.

||  
—

||  
—

—  
||

—  
||